

"Exit" Sarney

*4 SET 1989

Antônio Dias Leite *

Termina o governo Sarney no plano econômico e financeiro com a proposta de mais um — último, equivocado e inoportuno — "pacote", agora com características de publicidade política. Trata-se de um conjunto de medidas inócuas quanto à solução dos problemas fundamentais das finanças do país que persistem e se vêm agravando, desde o início da década e ao longo da vida de quatro diferentes equipes econômicas do período de transição. Muitas das medidas são inócuas na sua essência e outras por ser impraticável a sua aplicação no período disponível. Isso na hipótese de que venha o pacote a ser aprovado no Congresso, o que esperamos não aconteça.

Simultaneamente, no meio do ridículo "jogo de empurra de responsabilidades, entre o Executivo e o Legislativo, pairam dois projetos que, além de inócuos como os demais, quanto à solução de qualquer problema essencial, parecem inconvenientes pelas suas repercussões futuras. Trata-se da privatização de empresas sob o controle da União e da instituição do imposto sobre grandes fortunas. São assuntos vitais e muito sérios que envolvem decisões de longo prazo, que não podem ser considerados isoladamente como se está fazendo, e que melhor estariam no contexto do plano econômico do novo governo. É importante que esses dois potencialmente poderosos instrumentos não sejam desperdiçados respectivamente através de um "picadinho" a prazo do grande patrimônio público representado pelas empresas sob o controle da União e de uma figuração demagógica de taxação dos ricos.

Voltando ao "pacote" e ao final do governo de transição.

Causa espanto que a equipe do Planalto não se tenha dado conta da inutilidade de uma tentativa de recuperação da imagem do governo via mais um plano econômico. A sociedade assistiu a seis tentativas de combate à inflação. Em todas elas o governo Sarney não assumiu a responsabili-

dade de adotar as medidas relevantes que se faziam necessárias de acordo com as diretrizes de cada um dos planos. Aos poucos, todos ficaram cientes dessa característica do governo. Durante esse tempo, além do crédito de confiança inicial, só teve o governo a adesão da opinião pública com o Plano Cruzado. Mas mesmo então, e sobretudo então, o governo Sarney não fugiu à sua aversão às medidas necessárias, quando impopulares.

Em março de 1986, em artigo publicado neste jornal, com o título *Parabéns, presidente*, elogiei a coragem da iniciativa do Plano Cruzado baseada em uma operação de choque pela qual eu já há tempos batalhava. Simultaneamente fiz ressalvas, mais tarde repetidas, quanto a aspectos que me pareciam relevantes e que haviam sido omitidos. Nenhuma delas foi levada em consideração. Comentários de outros analistas mereceram o mesmo despreço. O inevitável desastre de um Plano incompleto acarretou a convicção da sociedade, à época, de que havia sido ludibriada.

Hoje a imagem do governo Sarney já não é recuperável:

I — Nem de forma legítima porque já passou o prazo limite (junho) para as medidas energéticas que se fazem necessárias;

II — nem de forma publicitária, porque a sociedade não se recuperou da decepção de 1986.

A rota da economia brasileira até o final do governo está irremediavelmente traçada, para o bem ou para o mal: manutenção da inflação "estável" no patamar de 30% ao mês e sustentação do atual nível de atividade do setor produtivo privado que, aparentemente, ainda mantém intacta a sua capacidade. É só fazer as pequenas correções de rumo que se tornarem necessárias. Adotando a hipótese otimista, de que chegaremos lá sem maiores traumas, passemos, pois, desde já, a cuidar das questões relevantes para o próximo governo. *Exit* Sarney.

* Professor emérito da Faculdade de Economia e Administração da UFRJ